Cuiabá-MT, 6,7, e 8 janeiro de 2014

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / BAIXA NO ALENCASTRO

07.01.2014 | 11h30 - Atualizado em 07.01.2014 | 15h25

Tamanho do texto A- A+

Kamil Fares pede demissão e deixa Secretaria de Saúde

Substituto é Werley Peres, médico da rede municipal; ex-secretário diz que decisão é pessoal

MidiaNews

Clique para ampliar

O médico Kamil Fares deixa o comando da Saúde em Cuiabá

LAÍSE LUCATELLI
DA REDAÇÃO

O secretário de Saúde de Cuiabá, o médico Kamil Fares (PDT), deixou o cargo na manhã desta terça-feira (7), após um ano no comando da pasta.

Ele será substituído pelo médico e suplente de vereador Werley Silva Peres (PDT).

“Pedi exoneração do cargo por questões de ordem pessoal. A minha decisão foi tomada em dezembro, em conjunto com minha família, mas esperei o prefeito voltar de férias para comunicá-lo”, afirmou o ex-secretário ao **MidiaNews**.

Ele negou que tenha deixado o cargo em função das pressões políticas e das críticas ao setor de saúde na Capital, embora tenha admitido que essas duas situações existiam.

Ele garantiu, no entanto, que melhorou a situação da Saúde em Cuiabá, ao longo da sua gestão.

“Houve, sim, pressão, mas ela diminuiu bastante nos últimos tempos. E, apesar de termos quadruplicado o atendimento de urgência, havia pessoas que ficavam insatisfeitas e faziam muito barulho na imprensa com as críticas”, disse.

“Pegamos uma secretaria em situação de muita dificuldade e estamos entregando de forma estável. É claro que ainda há muito o que melhorar no atendimento à Saúde, porque é um processo contínuo de gestão. Mas fizemos tudo o que conseguimos fazer com a capacidade que tínhamos”, afirmou.

De acordo com Kamil, a nomeação de Werley foi uma escolha pessoal do prefeito Mauro Mendes (PSB).

O novo secretário é médico da atenção básica da rede municipal de Saúde, e obteve 2.217 votos para vereador nas eleições de 2012. Além disso, ele é ligado ao Sindicato dos Médicos.

Agora, Kamil pretende se dedicar à pré-campanha do senador Pedro Taques (PDT) ao Governo do Estado.

Mudaças no staff

Em um ano de gestão, Mauro Mendes já substituiu quatro secretários do seu staff. A primeira mudança foi na Secretaria de Gestão, quando Adriana Barbosa

da Silva (PTB) foi substituída por Pascoal Santullo.

Em seguida, Rogério Varanda (PV) foi exonerado da Secretaria de Serviços Urbanos, e em seu lugar assumiu José Roberto Stopa (PV). O terceiro a cair foi Clenon Alves Borges, que foi substituído por Kleber Lima na Secretaria de Comunicação.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Política MT

Enviar para amigo Imprimir A A A

07/01/2014 - 12:17

Kamil Fares diz que deixa Saúde para cuidar da família e ajudar Pedro Taques ser governador

Da Redação - Ronaldo Pacheco

Foto: Tchélo Figueiredo / Secom - Cuiabá

Kamil Fares garante que deixa um legado importante para a saúde de Cuiabá: a certeza de que é possível avançar. Para isso, ela cita números.

Exatos 12 meses após tomar posse na Secretaria de Saúde de Cuiabá, o médico Kamil Fares deixa a pasta. "Devo cuidar um pouco da família. Trabalhava 18 horas pode dia para a Saúde de Cuiabá e ainda era insuficiente. São demandas sucessivas. Se trabalhasse 24 horas ao dia, ainda assim não daria conta de tudo", disse ele, para a reportagem do Olhar Direto, em tom de desabafo. Em seu lugar assume nesta quarta-feira (08) o médico Werley Peres.

Kamil Fares deixa Secretaria de Saúde; suplente de vereador deve assumir amanhã

"Vou cuidar da minha vida, o que praticamente não fiz no último ano", observou ele, para a reportagem do **Olhar Direto**, reconhecendo que havia tomado a decisão desde o final do ano.

Além de cuidar da família, a partir de agora, Kamil Fares entende que possui liberdade para se dedicar a um novo desafio: por ser da Executiva do PDT, deve se dedicar à pré-campanha do senador Pedro Taques, que irá disputar o governo de Mato Grosso pela legenda de Leonel Brizola.

"Se ficasse na Secretaria, não tinha condições de fazer o trabalho político para o senador Pedro Taques. Não gosto de misturar as coisas", disse ele. Kamil disse que vai entrar de corpo e alma na campanha de Taques.

Legado

Kamil Fares garante que deixa um legado importante para a saúde de Cuiabá: a certeza de que é possível avançar. Para isso, ela cita números.

"O atendimento da saúde básica, nos PSFs e policlínicas, saltou de 12 mil em 2012 para 43 mil no ano passado. E o atendimento odontológico pulou de 30 mil para mais de 100 mil, com 544 mil procedimentos. Ou seja: cada paciente passou pelo menos cinco vezes no dentista, no ano passado", pontuou ele.

"Tudo isso provocou um aumento considerável na demanda de medicamentos, raio 'X', exames laboratoriais e toda contexto que envolve a saúde", emendou Fares.

Kamil Fares disse que o Hospital e Pronto Socorro Municipal melhorou consideravelmente. "Sem dúvida, está muito mais humano e organizado", resumiu.

Fonte: www.midianews.com.br

JUDICIÁRIO / POLÊMICA NA SAÚDE

07.01.2014 | 15h40 - Atualizado em 08.01.2014 | 10h18

Tamanho do texto A- A+

Justiça bloqueia conta do Estado para pagar tratamento

Dinheiro vai garantir cirurgia de paciente, que corre risco de perder a visão

MidiaNews/Reprodução

Clique para ampliar

O juiz Márcio Aparecido Guedes (detalhe) mandou o BB bloquear a conta do Estado

DO MIDIAJUR

O juiz da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública, Márcio Aparecido Guedes, mandou intimar o Banco do Brasil, para que cumpra a decisão da Justiça que determinou o bloqueio de R$ 7.950,00, da Conta Úica do Estado de Mato Grosso.

O mandado de intimação foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), com circulação na segunda-feira (6), e só deve ser cumprido após o dia 20 de janeiro.

O dinheiro é para pagar a intervenção cirúrgica, os honorários médicos e os insumos médicos necessários da paciente N.S., que precisa fazer um procedimento no olho com urgência, a fim de impedir a perda definitiva da visão.

“Ante a inércia do Estado, a quem compete viabilizar a assistência à saúde de seus administrados, com absoluta prioridade para a saúde dos que se encontram em situação especialmente grave, cumpre o Poder Judiciário impor ao ente da administração o cumprimento desta obrigação, entregando o provimento devido”, diz o juiz, na decisão.

Conforme o magistrado, os direitos e garantias devem ser passíveis de exercício imediato, de forma ampla e eficaz, razão pela qual “não se pode deixar o cidadão à mercê da organização administrativa para receber as prestações dessa natureza, sobretudo quando os bens sob iminência de dano são de natureza essencial, como ocorre no âmbito da saúde”.

“Posto isto, defiro o bloqueio judicial de numérico existente na conta única do Estado. Determino à agência do Banco do Brasil, a comprovação nos autos, das transferências para as contas indicadas, após 24 horas da intimação desta decisão”, completa Guedes.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / INVESTIMENTOS

08.01.2014 | 08h41 - Atualizado em 08.01.2014 | 15h42

Tamanho do texto A- A+

Mauro Mendes assina convênio de R$ 17,4 milhões com a Caixa Econômica

Recursos serão aplicados na saúde, lazer, cultura e turismo

Tchélo Figueiredo

Clique para ampliar

Mauro Mende em assinatura do convênio

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Cuiabá assinou nesta terça-feira (7) seis convênios com a Caixa Econômica Federal (CEF) nas áreas de turismo, saúde e regularização fundiária; somados, culminam em investimentos da ordem de R$ 17,4 milhões. Os projetos foram idealizados pelo prefeito Mauro Mendes e executados pela equipe de convênios, liderada pelo secretário de Governo de Cuiabá, Fábio Garcia.

Entre os principais contemplados está o projeto do Parque das Águas, que irá transformar a Lagoa Paiaguás em um ponto turístico da capital. O modelo foi projetado pela equipe de projetos da Prefeitura de Cuiabá, vinculada à Secretaria de Governo. Para o projeto está previsto a destinação de R$ 9,75 milhões, sendo que a contrapartida da prefeitura será de R$ 800 mil.

O projeto Porto Cuiabá, que irá reestruturar a orla do Porto, também será contemplada pelo convênio e receberá repasse de R$ 2,43 milhões, especificamente para a revitalização das praças Luís de Albuquerque e Major João Bueno. A intenção, segundo o secretário Fábio Garcia, é de possibilitar que a região histórica do Porto seja reintegrada ao convívio da população, bem como se transforme em um grande atrativo turístico.

Os Centros de Atendimento ao Turista (CAT) também receberão investimentos

especiais neste ano da Copa do Mundo, que tem Cuiabá como uma das sedes. Dois CAT itinerantes serão providenciados, para circularem onde houver a maior concentração de turistas. A previsão de investimento total para ambos é de R$ 364 mil.

Além disso, um CAT fixo será instalado no Museu do Rio, com demanda de investimento de R$ 435,2 mil. O convênio prevê ainda a adaptação do museu para recebimento de pessoas com necessidades especiais. Segundo o secretário municipal de Turismo, Marcus Fabrício, a administração está focada em atender turistas da melhor forma possível, de modo a transformar a cidade em uma rota de turismo.

Para o setor da saúde, está sendo destinado R$ 3.743, 982 com valor de contrapartida de R$ 155 mil. A verba é destinada para reforma de unidade de atenção especializada em saúde do Pronto Socorro Municipal de Cuiabá.

Já para o planejamento urbano está previsto o investimento de R$ 750 mil, que atenderá a execução da regularização fundiária em assentamentos urbanos do município. O plano atende ao programa Papel Passado, do Ministério das Cidades, e não terá contrapartida do município.

O prefeito Mauro Mendes destacou que os projetos, assim que concluídos, ofertarão melhor qualidade de vida para a população cuiabana, o que é sua principal preocupação. “Nossa meta é realizar planos que ofertem o melhor para nossos cidadãos em lazer, turismo, opções culturais e saúde. Porque uma cidade que atende bem a seus cidadãos conseqüentemente atende bem aos seus turistas”, disse.

O secretário Fábio Garcia, responsável por coordenar a negociação da assinatura dos convênios entre o superintendente regional da Caixa Econômica, Carlos Roberto Pereira, destaca a atuação da gestão na busca de recursos para que Cuiabá receba cada vez mais melhorias. “Estamos focados em sempre buscar melhores alternativas para o desenvolvimento da cidade. Essa já é uma nova era para Cuiabá”, afirma.

O total do repasse disponibilizado será de exatos R$ 17.481.482,79 e a contrapartida total do Município será de R$ 1.201.289,13.

Estiveram presentes no evento, o presidente da Câmara de Cuiabá, Júlio Pinheiro, secretários Marcus Fabrício (Turismo), Guilherme Muller (Fazenda), Alberto Machado (Cultura), coronel Henrique Souza (Segurança), Kamil Fares (Saúde), além do senador Pedro Taques, deputado estadual Emanuel Pinheiro e secretário de Transporte e Pavimentação Urbana, Cinésio Oliveira.

Confira abaixo mais detalhes sobre os projetos que receberão investimentos:

Parque das Águas: O investimento de R$ 9,750 milhões, com contrapartida de R$ 800 mil, atenderá ao projeto de transformação da Lagoa Paiaguás em mais um ponto turístico da capital. O parque terá uma área de 270 mil m², com 1.500 metros de pista de corrida e caminhada, 1.600 metros de ciclovia, dois quiosques, duas academias ao ar livre, dois parquinhos infantis e um mirante. Assim que concluído, a partir das 20 horas os visitantes poderão conferir um espetáculo com fontes luminosas no centro da lagoa, que irá possuir 80 mil m² de lâmina d´água.

CATs itinerantes: Os CAT móveis serão duas vans equipadas com computador, internet, ar-condicionado e espaço para atender os turistas, de forma itinerante. A ideia é levar os veículos aos locais onde haverá maior concentração de turistas, como feiras, congressos, shows e eventos diversos. O investimento será de R$ 364.800 com contrapartida de R$ 15.200.

Museu do Rio: No local já funciona uma sala de atendimento ao turista, mas agora será instalado um CAT adequado para receber um volume maior de visitantes, com estrutura para fornecer informações sobre os pontos turísticos da Capital e do interior de Mato Grosso a quem visitar a cidade. O projeto contempla ainda a adaptação do local para receber pessoas portadoras de necessidades especiais, climatização das salas e reforma do auditório. Estão destinados para o projeto R$ 435.200,00 com contrapartida de R$ 18.133,33.

Requalificaçãode praças: As duas praças contempladas, Luís de Albuquerque e Major João Bueno, estão inclusas no trecho da Avenida Beira Rio que será contemplada pelo projeto Porto Cuiabá e serão restauradas para melhor uso da população e turistas.

O projeto Porto Cuiabá já começou a ser executado e fará a revitalização de 1,35 km de extensão da avenida, além de instalar ciclovia ao longo da orla, um calçadão de 12 metros de largura onde serão instalados equipamentos para prática de esportes, além de bares e lanchonetes. Próximo à orla também haverá estacionamentos para mais de 900 veículos.

Planejamento urbano: O investimento atende a necessidade de Cuiabá receber regularização fundiária em assentamentos urbanos. O Ministério das Cidades, por meio do programa Papel Passado, está liderando o planejamento, e, portanto, não haverá necessidade de contrapartida do município.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / IMPROBIDADE

06.01.2014 | 15h00 - Atualizado em 07.01.2014 | 09h35

Tamanho do texto A- A+

Ex-chefe do MT Saúde é condenado e perde direitos políticos

Yuri Bastos é acusado pelo MPE de transgredir normas de acesso ao Serviço Público

MidiaNews

Clique para ampliar

O ex-presidente do MT Saúde, Yuri Bastos, que foi condenado por improbidade

LAÍCE SOUZA
DO MIDIAJUR

O ex-presidente do MT Saúde, Yuri Alexei Vieira Jorge, mais conhecido como Yuri Bastos, foi condenado pela prática de atos de improbidade administrativa, quando do comando do plano de saúde dos servidores públicos estaduais.

A sentença é do juiz Alex Dias e é do dia 28 de dezembro.

O juiz condenou também Yuri à perda da função pública, caso esteja exercendo alguma; à suspensão dos direitos políticos por três anos; e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio minoritário, por três anos.

Yuri foi acusado pelo Ministério Público Estadual, em ação proposta em dezembro de 2010, de transgredir normas de acesso ao serviço público, “na medida que contratou atendentes, motoristas, assessores jurídicos, secretária, agentes administrativos e telefonistas como se autônomos fossem, remunerando-

os contra recibo de pagamento (RPA), por período superior a um ano".

Segundo a denúncia do MPE, o ex-presidente não teria respeitado "os ditames constitucionais e legais que obrigam a admissão de pessoal via concurso público de provas e/ou provas e títulos".

Na decisão, o magistrado acatou parcialmente os pedidos do MPE.

Yuri Bastos foi condenado pela prática de atos de improbidade disciplinados no artigo 11, caput, da Lei 8.429/92.

Nesse artigo, é estabelecido que "constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições".

Da decisão cabe recurso. O prazo para recorrer começará a tramitar após o dia 20 de janeiro, quando a defesa deverá ser intimada da decisão.

Leia mais sobre o assunto:

Deputada pede prisão cautelar de Zílio, Yuri e mais 16

Fonte: www.24horasnews.com.br

QUADRO FUNCIONAL
06/01/2014 - 17:14:57
Fernanda Leite | Redação 24 Horas News

Walace faz reforma no staff; primeira-dama deixa Secretaria de Saúde de VG

Ela deixará a pasta nos próximos para disputar as eleições deste ano

A primeira-dama de Várzea Grande e secretária Municipal de Saúde, Jaqueline Guimarães (PMDB), deixará nos próximos dias a pasta para disputar as eleições deste ano. Ela irá disputar uma vaga para a Câmara Federal.

No lugar de Jaqueline, assumirá a pasta, o médico e militante do PMDB no município, Dr. Jazon Baracat que atua como presidente da Previvag.

Quem também deixará de compor o quadro funcional de Wallace é o ex-secretário de Saúde do município e atual diretor do Pronto-Socorro do município, Renato Tettila (PP). Ele vem usando a rede social Facebook para mostrar suas articulações perante a população, com realizações de visitas em bairros do município e participações em festas de comunidades, como mostra as fotos postadas pelo próprio diretor.

As mudanças iniciarão logo após o prefeito retornar de férias, nos próximos 10 dias.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

06/01/2014 - Anderson Acendino SES/MT

Saúde do Estado alerta população para ataques de animais peçonhentos no período de chuvas

(foto: Anderson Acendino SES/MT)

A Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) alerta à população para riscos de picadas de animais peçonhentos. Os ataques ocorrem com mais frequencia no período de chuvas. Com o alagamento do habitat natural desses animais, eles procuram lugares secos e podem aparecer nos quintais ou até mesmo dentro das casas. Alguns cuidados básicos podem auxiliar na prevenção das ocorrências.

A SES alerta que em casos de ataques de um animal peçonhento é levar a vítima para uma unidade de saúde mais próxima de sua casa, o mais rápido possível. Se alguém for picado, por uma serpente, escorpião ou aranhas, não deve amarrar ou tentar sugar o veneno no local da picada, nem cortar, aplicar borra de café, sabão, fumo ou fazer qualquer outro tipo de intervenção sem fundamento, que pode ocasionar contaminação, necrose, amputações e até mesmo a morte da vítima. Em hipótese alguma se deve oferecer qualquer tipo de medicamentos, via oral, e/ou bebidas que contenham álcool. Este tipo de procedimento não ajuda em nada e só piora o caso.

A Secretaria de Estado de Saúde possui, como uma de suas unidades descentralizadas, a Gerência de Núcleos em Apoio da Vigilância em Saúde Ambiental que presta informações e tira quaisquer dúvidas sobre acidentes com animais peçonhentos através do telefone 3661-2494. A recomendação é que quando a pessoa for picada por animais peçonhentos a primeira medida é tentar manter a vítima calma, lavar o local afetado com bastante água e sabão e, imediatamente após, levá-la a uma unidade de saúde.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

07/01/2014 - CIDA CAPELASSI Assessoria SES/MT

Estado vai receber R$ 3,5 mi para prevenção e controle das DST/Aids

(foto: Arquivo SES/MT)

O Ministério da Saúde está disponibilizando R$ 3.585.044,00 para o financiamento de ações de vigilância, controle e prevenção de DST, aids e hepatites virais para o Estado de Mato Grosso. A Portaria 3.276/2013, que define os critérios gerais e as regras de financiamento e monitoramento, foi publicada sexta-feira (27) no Diário Oficial da União.

O repasse financeiro será feito pelo Ministério da Saúde por meio do Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais, dividido em 12 parcelas. O incentivo também poderá ser destinado para ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, para a manutenção de casa de apoio a pessoas vivendo com HIV e aids e também para a aquisição da fórmula láctea para crianças nascidas de mães soropositivas.

A Secretaria de Estado de Saúde tem prazo de 90 dias, a partir da data de publicação da Portaria, para encaminhar a Secretaria de Vigilância em Saúde a Resolução da Comissão Intergestora Bipartite, com a definição da distribuição do recurso a ser repassado a cada município contemplado.

Os critérios para escolha dos municípios levam em conta dados de ocorrências das doenças em cada município como exemplo o número de casos de aids, hepatite B e C e número de casos de nascidos com sífilis congênita, além de considerar as seguintes condições,municípios de Região Metropolitana, de Referência de Região em Saúde, e acima de 100.000 habitantes.

Em Mato Grosso 27 municípios foram contemplados: Cuiabá, Rondonópolis,Várzea grande,Sinop,Tangará da Serra, Sorriso,Primavera do Leste,Cáceres, Juína, Lucas do Rio Verde,Campo Novo do Parecis, Nova Mutum,Barra do Bugres,Sapezal, Jaciara,Guarantã do Norte,Alta Floresta,Juara,Aripuanã,Campo Verde,Comodoro,Paranatinga,Pontes e Lacerda,Barra do Garças,Paranaíta, Colíder, Poconé.

O Secretário de Estado de Saúde, Jorge lafetá, disse que as equipes da área da Vigilância Epidemiológica, estão trabalhando no sentido de demonstrar a necessidade de que outros municípios do Estado também possam receber recursos, visto que são doenças que necessitam de diagnóstico constante, monitoramento e controle, e atenção do Estado no tratamento.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quarta, 08 de janeiro de 2014, 08h00

Tamanho do texto A- A+

MUDANÇA DE PLANOS

Dilma dá aval para obras de entidades da área da saúde

Presidente sanciona na Lei de Diretrizes Orçamentárias repasse de recursos, inclusive para ONGs; medida chegou a ser vetada por ela

PORTAL ESTADÃO

Contrariando uma decisão do início de seu mandato, a presidente Dilma Rousseff sancionou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano regra que permite repasse de recursos para que entidades privadas sem fins lucrativos da área de saúde, incluindo organizações não governamentais (ONGs), façam obras e ampliem suas instalações.

A medida é alvo de críticas e chegou a ser vetada pela própria presidente, no ano retrasado, por permitir o aumento de patrimônio de instituições particulares, sem mecanismos eficientes de controle de gastos. O governo agora alega que a mudança assegura as "condições necessárias" para que as entidades prestem serviço no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A nova norma é reivindicação antiga do setor e vem após negociações com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, provável candidato pelo PT ao governo de São Paulo na eleição deste ano. Na gestão da presidente, que vai tentar a reeleição, a área da saúde é umas das mais mal avaliadas pelas pesquisas de opinião.

A norma vale para as instituições que obtenham a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas). A lista inclui Santas Casas de Misericórdia, comunidades terapêuticas para o tratamento de dependentes químicos e ONGs. A regra geral é a comprovação de 60% de atendimento pelo SUS. No ano passado, no entanto, uma lei aprovada no Congresso reduziu algumas das exigências e abriu caminho para que mais entidades recebessem o "selo" de filantrópicas.

Por meio de parcerias, incluindo convênios, o Ministério da Saúde transferiu R$ 1,08 bilhão para entidades privadas sem fins lucrativos no ano passado. Os repasses da União para "obras físicas" em geral sofrem restrições desde os anos 1990.

Na LDO de 2012, a presidente barrou artigo que permitia o uso de dinheiro federal para a "construção, ampliação e conclusão" de entidades privadas das áreas de saúde e também de assistência social e educação especial. Na ocasião, Dilma argumentou que isso permitiria o aumento do patrimônio dessas entidades "sem fixar medidas que assegurem a continuidade da prestação de serviços públicos em termos condizentes com os montantes transferidos."

O veto se deu no mesmo ano em que escândalos de corrupção em convênios com ONGs derrubarem os então ministros do Trabalho, Carlos Lupi (PDT-RJ), e do Esporte, Orlando Silva (PC do B-SP). Na época, reagindo às denúncias, o Planalto tomou uma série de medidas para restringir repasses para essas entidades.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 não tratou do assunto. No projeto da LDO de 2014, enviado ao Congresso, o governo permitia liberar dinheiro apenas para obras em entidades de tratamento de câncer, atendendo a uma demanda das Santas Casas. Em seu relatório, o relator da proposta, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), ampliou o benefício para as demais entidades da área de saúde, o que foi aprovado em plenário e sancionado por Dilma. "Não se podia privilegiar só um setor em detrimento dos demais", justifica o relator.

Para a presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Lucieni Pereira, o poder público "não pode usar dinheiro para patrocinar a formação de patrimônio de entidades privadas, ainda que classificadas como filantrópicas". Segundo ela, sem norma específica para disciplinar os limites desses repasses, há risco de os recursos serem usados em obras que beneficiem planos de saúde. "Os impostos devem ser destinados ao financiamento de bens que fiquem integralmente à disposição do atendimento público."

Atendimentos

O presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia (CMB), Saulo Coelho, argumenta que o setor é responsável por cerca de 50% dos atendimentos na rede pública. "Qual é o problema de se aumentar o patrimônio, se o dinheiro está sendo usado no SUS? Não estamos fazendo piscinas", rebate, acrescentando que os recursos para obras, em geral, são de fácil fiscalização.

A professora Lígia Bahia, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que a medida também é questionável como política pública, pois falta investimento paralelo na manutenção dos serviços de saúde. "A gente tem de ter obras. Mas temos de ter obras com custeio e o que ocorre é uma dissociação. No ano eleitoral tem um monte de entregas; depois, um total 'desfuncionamento'", critica. Outro problema, segundo ela, é que as verbas costumam ser direcionadas por emendas

parlamentares, seguindo critérios "político-partidários".

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Pacientes do SUS precisam acionar Justiça para ter direito a remédio em MT, enquanto Silval Barbosa “torra” em 1 ano, quase R$ 50 milhões em propaganda

Publicado em: 08/01/2014 às 11:05

por Rojane Marta/VG Notícias

Tamanho da Letra A A A

Foto:Reprodução

Clique na imagem para ampliar

Os números deixam evidentes que o governador Silval Barbosa (PMDB) está mais preocupado em divulgar, principalmente, as obras da Copa, do que investir na saúde do cidadão mato-grossense que paga ums dos tributos mais caros do país.

Em 2013, o Governo do Estado gastou quase R$ 50 milhões em publicidade, os dados constam cadastrados no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado (Fiplan) – disponível para acesso por meio do link: **http://web.fiplan.mt.gov.br.**

De acordo com o portal transparência do Governo, durante todo o ano de 2013, para divulgar as ações governamentais, três agências de publicidade receberam do Estado o montante de R$ 45.295.706,16, são elas: Casa D'ideias Marketing (R$ 15.324.963,29), DMD Associados, Assessoria e Propaganda Ltda (R$ 15.537.795,52) e Mercatto Comunicação Integrada Ltda (R$ 16.432.947,35).

O gasto com publicidade pode é considerado abusivo, pois, enquanto o governador Silval Barbosa (PMDB) se preocupa em dar publicidade em seus atos, o cidadão mato-grossense precisa recorrer à Justiça para ter direito a usufruir serviços básicos oferecidos pela saúde pública, uma vez que o peemedebista judicializou a Saúde no Estado.

É rotineira a intervenção do Poder Judiciário para obrigar o governo do Estado a arcar com despesas referentes à saúde pública. Exemplo recente disso, é o ocorrido em Canarana (a 830 km de Cuiabá), onde o Poder Judiciário teve que bloquear a conta única do Estado, para que um paciente do Sistema Único de Saúde tivesse o direito de realizar um procedimento cirúrgico no olho com urgência, a fim de impedir a perda definitiva de sua visão, a cirurgia custaria pouco mais de R$ 7 mil - clique e veja matéria relacionada.

Os números deixam evidentes que o governador Silval Barbosa (PMDB) está mais preocupado em divulgar, principalmente, as obras da Copa, do que investir na saúde do cidadão mato-grossense que paga ums dos tributos mais caros do país.

Fonte:www.vgnoticias.com.br

Justiça determina que serviço de nefrologia infantil deve ser retomado em MT

Publicado em: 08/01/2014 às 16:50

Redação com TJ/MT

Tamanho da Letra A A A

Foto:Reprodução

Clique na imagem para ampliar

Justiça determina que serviço de nefrologia infantil deve ser retomado em MT

A juíza da Primeira Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, Gleide Bispo dos Santos, determinou que o Município de Cuiabá e o Estado de Mato Grosso, por meio dos respectivos secretários de saúde, retomem a oferta do tratamento de Nefrologia Infantil (funções renais). O serviço estava sendo oferecido apenas pela Santa Casa de Misericórdia, que consegue atender cerca de 20% dos mil pacientes. Houve a determinação do bloqueio de bens dos entes para assegurar o tratamento. **Confira aqui a decisão.**

A Ação Civil Pública foi interposta pelo Ministério Público do Estado. Além do bloqueio de verbas públicas, a prisão pelo crime de desobediência pode ser determinada em caso de descumprimento da decisão. Inicialmente, por meio de decisão liminar, houve a determinação para o restabelecimento dos serviços no prazo de cinco dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 10 mil.

Consta dos autos que o diretor do Hospital Geral Universitário (HGU), que oferecia os serviços anteriormente, teria tentado contratar empresa terceirizada e profissional especializado para a manutenção dos serviços interrompidos após aposentadoria da médica responsável. O MP intimou os profissionais envolvidos a fim de se chegar a uma solução, inclusive com a possibilidade de se estabelecer convênio com os requeridos. Uma audiência de justificativa foi realizada pela magistrada no dia 12 de dezembro. Na oportunidade os profissionais solicitaram 90 dias para a formulação de proposta para a manutenção dos serviços.

A juíza Gleide Bispo dos Santos ponderou pela essencialidade dos serviços e que neste lapso temporal os neufropatas poderiam ter tido complicações severas, até a morte. “O caso requer, portanto, uma resposta judicial tempestiva e eficaz. No tocante à adoção de medida necessária à efetivação da tutela antecipada, tenho que a solução mais adequada ao presente caso é o custeio, à conta dos requeridos, de parte do serviço anteriormente executado pelo HGU”, ressaltou a magistrada em sua decisão.

A sociedade empresária que acenou com a possibilidade de manutenção dos serviços durante processo licitatório foi vencedora com a proposta no valor de R$ 45 mil mensais. Seu contrato não teria sido fechado por ausência de recursos dos entes públicos. A magistrada considerou o prazo de seis meses para se sanar totalmente a questão, perfazendo o total de R$ 270 mil. Tendo em vista a solidariedade entre os entes públicos, determinou o imediato bloqueio das contas do Estado e Município no valor de R$ 135 mil para cada um. Valores a serem transferidos à Conta Única do TJMT e vinculados ao processo.

A decisão foi amparada no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente e Princípio da Prevalência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades
Quarta, 08 de janeiro de 2014, 16h33
regional de sorriso

Relatório aponta denúncias graves de servidores de Hospital de MT

Gostou do conteúdo então divulgue

Redação do GD/Só Notícias

Divulgação

Um documento formulado pela equipe técnica do Escritório Regional de Saúde (ERS), que tem sede em Sinop, aponta a insatisfação dos funcionários do Hospital Regional de Sorriso. O relatório, divulgado hoje por uma emissora de televisão do município, transcreve denúncias graves que foram relatadas aos pesquisadores do Escritório.

Conforme consta no documento, cerca de 300 pessoas, entre pacientes e funcionários, foram ouvidos. Entre as denúncias relatadas estão "assédio moral aos funcionários; profissionais dobrando turno de 12 horas; intervenções que deveriam ser realizadas em determinada hora e não acontecem; ameaça de remoção do setor; esgoto brotando no Centro de Material Esterilizado".

O diretor do Escritório Regional de Saúde, Manoelito da Silva, afirmou que "o descontentamento dos funcionários e pacientes é apenas um item a ser analisado pelo órgão, que realiza pesquisas a cada três meses. Outras metas estão sendo atendidas pela Organização Social de Saúde (OSS) que administra o hospital".

A direção do Hospital Regional de Sorriso deve se manifestar ainda hoje sobre o caso .